



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A provisão para contingências é constituída considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, o posicionamento dos Tribunais para causas de natureza semelhante e a experiência da Administração.

Esta forma julgamos que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas prováveis dos respectivos processos judiciais.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de Compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2015 o valor correspondente a R\$ 890.350 mil (2014 - R\$ 784.620 mil), refere-se a operações compradas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Carteira própria		
Letras financeiras	895.240	785.751
Cotas de fundos de investimentos.....	1.770.088	1.036.238
Total	2.665.328	1.821.989

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2015		2014			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação (3)						
Letras financeiras do tesouro	-	-	481	843.438	843.919	843.919
Certificados de depósito						
bancário.....	7.572	-	38.880	-	46.452	46.452
Debêntures.....	408	2.791	-	49.991	53.190	53.190
Notas do tesouro nacional....	11.473	-	-	-	11.473	11.473
Letras do tesouro nacional.....	488.255	-	1.683	153	490.091	490.091
Letras financeiras	5.606	91.666	956.516	164.375	1.218.163	1.218.163
Outras.....	2.040	-	-	-	2.040	2.040
Total em 2015	515.354	94.457	997.560	1.057.957	2.665.328	2.665.328
Total em 2014	536.428	11.248	119.587	1.154.726		1.821.989

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas cartilhas, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Bradesco Consórcios possuía R\$ 1.770.088 mil (2014 - R\$ 1.036.238 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada.....	105.730	34.620
Subtotal	105.730	34.620
Títulos de renda fixa.....	257.234	189.710
Total	362.964	224.330

8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Pagamentos a ressarcir (1)	40.113	22.410
Impostos e contribuições a compensar.....	22.159	28.940
Valores pendentes - cobrança Judicial (2).....	7.251	4.179
Devedores por depósitos em garantia.....	6.641	5.036
Créditos tributários (Nota 24c).....	2.264	1.553
Bens retomados após encerramento	616	437
Outros adiantamentos	163	95
Total	79.207	62.650

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança; e

(2) Referem-se basicamente a custas judiciais de processos de cobrança a serem ressarcidos pelos respectivos consorciados.

9) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
- Certificados de investimentos - CI.....	12	12
- Investimentos audiovisuais.....	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais.....	(111)	(111)
Total geral dos investimentos	201	201

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2015	2014
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	2.399	(2.088)	311	499
Sistemas de segurança.....	10%	18	(15)	3	5
Sistemas de processamento de dados	20%	1.469	(1.361)	108	148
Total em 2015		3.886	(3.464)	422	
Total em 2014		3.899	(3.247)		652

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2015	2014
<i>Software</i>	20%	56.952	(18.746)	38.206	43.552
Total em 2015		56.952	(18.746)	38.206	
Total em 2014		53.404	(9.852)		43.552

12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuidos nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2015	55	2.583	35
Constituição de provisões/reversões	133	367	-
Atualização monetária	2	236	2
Pagamentos	-	(200)	-
No final do exercício de 2015 (Notas 13a e b)	190	2.986	37

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

As provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	236.144	183.275
Impostos e contribuições a recolher	14.107	10.767
Provisões para riscos - fiscais (Nota 12b)	37	35
Total	250.288	194.077

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	251.877	175.964
Provisões despesas administrativas	8.075	4.830
Recursos pendentes cobrança judicial	7.867	4.616
Processos judiciais em andamento (1)	5.774	3.578
Provisões para riscos - cíveis (Nota 12b)	2.986	2.583
Provisões despesas de pessoal	2.661	2.192
Recursos pendentes de identificação	2.521	1.829
Provisão para pagamento a efetuar	964	-
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 12b)	190	55
Total	282.915	195.647

(1) Referem-se a processos judiciais de clientes inadimplentes.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.300.000 mil (2014 - R\$ 940.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.300.000.000 (2014 - 940.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2014	940.000.000	940.000
Aumento de capital (1)	360.000.000	360.000
Em 31 de dezembro de 2015	1.300.000.000	1.300.000

(1) Em 28 de abril de 2015 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 360.000 mil, elevando-o de R\$ 940.000 mil para R\$ 1.300.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 360.000 mil, com a criação de 360.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil em 27.5.2015.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	1.832.750	1.378.132
- Reserva legal (1)	95.736	54.614
- Reserva estatutária (2)	1.737.014	1.323.518

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	822.431	616.968
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(41.122)	(30.848)
Base de cálculo	781.309	586.120
Dividendos propostos	7.813	5.861
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em reais por lote de mil cotas	6,01	6,24

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Taxa de administração de grupos de consórcios	1.040.109	880.373
Taxa de permanência (1)	87.967	37.896
Total	1.128.076	918.269

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

16) DESPESA DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	9.432	7.948
Benefícios	5.756	4.360
Encargos sociais	5.395	4.979
Participação dos empregados nos lucros	1.609	1.467
Outras	359	156
Total	22.551	18.910

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Comunicações	10.619	12.702
Depreciações e amortizações	9.197	4.813
Serviços técnicos especializados	8.233	8.142
Contribuições filantrópicas	6.066	4.616
Propaganda, promoções e publicidade	4.912	1.166
Processamentos de dados	3.794	2.759
Viagens	1.659	1.447
Material	1.227	1.380
Transportes	1.092	998
Aluguéis	463	445
Manutenção e conservação de bens	201	174
Outras	971	982
Total	48.434	39.624

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS	97.561	73.046
Impostos sobre serviços - ISS	20.802	17.608
Contribuição ao PIS	20.726	15.859
Outras	3	2
Total	139.092	106.515

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Comissões sobre vendas	58.097	50.468
Patrocínio	11.285	8.236
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran	10.279	9.865
Gravames	6.557	5.300
Ações de reconhecimento (1)	4.764	4.283
Vistoria	2.726	1.963
Perdas por fraude/líquidas	2.710	167
Despesas financeiras (2)	2.589	-
Taxa de avaliação	2.085	2.084
Provisões cíveis	603	601
Doações	-	10.560
Outras	6.324	5.502
Total	108.019	99.029

(1) Refere-se a premiações pagas por metas de cotas vendidas; e

(2) Refere-se à atualização da taxa Selic sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social pago em março de 2015.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Recuperação de despesas - taxas (1)	55.536	48.011
Descontos obtidos	1.906	2.111
Outras	2	18
Total	57.444	50.140

(1) Refere-se basicamente ao ressarcimento de avaliação de imóvel, taxas de transferências e alienação de bens.

21) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 5.557.295 mil (2014 - R\$ 4.894.963 mil), estão compostas de cotas de fundos referenciadas DI.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimentos - Banco Bradesco S.A., no exercício foi de R\$ 137.952 mil (2014 - R\$ 122.196 mil).

22) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Grupos em andamento	3.590	3.429
Grupos encerrados	2.113	1.717
Bens entregues nos exercícios	166.072	150.622
Bens entregues totais	910.041	743.969
Consortiados ativos	1.194.015	1.062.076
Desistentes e cancelados nos exercícios	191.875	147.725
Consórcios contemplados (1)	625.628	837.127
Bens pendentes de entrega	69.256	93.158
Taxa média de inadimplência (2)	3,95%	3,68%

(1) Em 2015 e 2014 foram considerados somente consorciados de grupos em andamento; e

(2) Em 2015 e 2014 o % de inadimplência refere-se a consorciados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na data-base.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	R\$ mil		R\$ mil	
	2015 Ativo (passivo)	2014 Ativo (passivo)	2015 Receitas (despesas)	2014 Receitas (despesas)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	890.350	784.620	105.730	34.620
Títulos e valores mobiliários:				
Banco Bradesco S.A.	895.240	785.751	109.489	35.751
Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	(7.813)	(5.861)	-	-
Aluguéis:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	(463)	(445)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.500 mil (2014 - R\$ 1.000 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.500 mil (2014 - R\$ 1.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos.....	1.377	901
Contribuição ao INSS.....	275	180
Total.....	1.652	1.081

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.340	924
Total.....	1.340	924

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Destas formas, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.232.088	930.535
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(418.910)	(316.382)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(6.148)	(8.008)
Outros valores.....	15.401	10.823
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(409.657)	(313.567)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(410.368)	(313.856)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	711	289
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(409.657)	(313.567)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			R\$ mil Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização	
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas.....	30	47	-	77
Provisão para contingências cíveis.....	878	291	154	1.015
Provisão para perda de investimento.....	41	-	-	41
Outros (1).....	604	1.106	579	1.131
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 8).....	1.553	1.444	733	2.264

(1) Refere-se essencialmente à provisão de marketing, pagamentos a efetuar e bonificações de dirigentes.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	1.108	399	1.507
2017.....	278	100	378
2018.....	279	100	379
Total.....	1.665	599	2.264

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.179 mil (2014 - R\$ 1.460 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores Vice-Presidentes	Diretor Superintendente
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Glúher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas	Octávio de Lazari Júnior
	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marcelo de Araújo Noronha	Diretor Maurício Gomes Maciel

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 30 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3